

CNBB pode apoiar idéia de ensino religioso ecumênico

Projeto encaminhado pelo MEC permite pagamento de salário de docentes pelo Estado

CLAYTON LEVY

I NDAIATUBA — Um texto divulgado ontem na 35ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaiçara, aponta um projeto de lei encaminhado pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, como a “única estratégia viável” para a introdução do ensino religioso nas escolas públicas. O projeto institui o ensino religioso ecumênico e abre uma brecha para que as despesas com os salários dos professores desta disciplina sejam pagos pelo Estado.

A Igreja Católica é contra o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em dezembro do ano passado, que deverá entrar em vigor em janeiro. A lei diz que as escolas públicas deverão adotar o ensino religioso no primeiro grau, sem ônus para os cofres públicos. Os 280 bispos reunidos em Itaiçara, porém, acham que a contratação dos professores para aulas de religião deve ser paga pelos governos estaduais. “Os grupos religiosos não teriam condições de pagar essa despesa”, disse d. Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria.

O projeto de lei encaminhado pelo ministro da Educação diz que o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases não se aplicará às escolas que assumirem a modalidade de ensino religioso ecumênico. A idéia é apresentar aos alunos

os conceitos comuns às várias religiões, visando o “senso religioso”, e não a pregação de determinada religião. Os professores seriam treinados por instituições ecumênicas criadas especialmente para este fim.

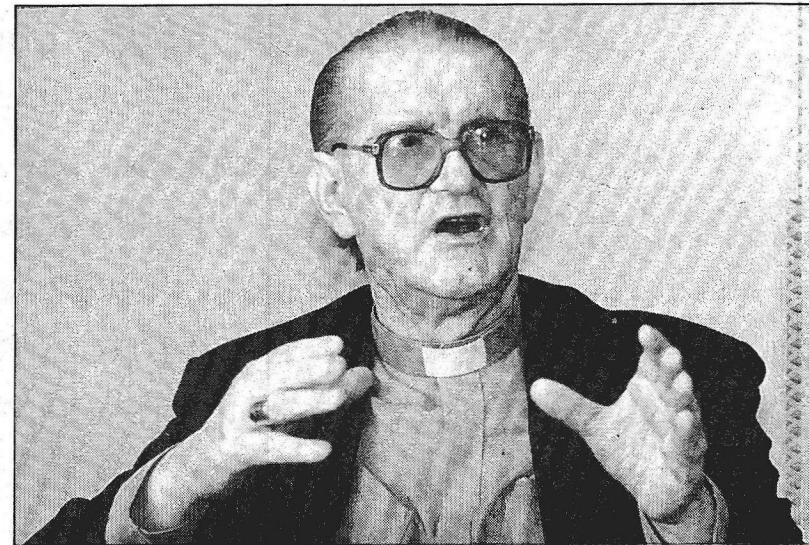
Despesas — O bispo de Lins, d. Irineu Danelon, responsável pelo estudo dessa questão na CNBB, disse que o projeto enviado pelo ministro derruba o principal argumento apresentado pelos Estados para não arcarem com as despesas. Segundo ele, o governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), alegou o artigo 19 da Constituição para não assumir o

ônus com o ensino religioso. O artigo diz que é vedado às esferas governamentais fazer alianças com as religiões e subsidiar cultos.

“O ensino ecumênico, conforme prevê o projeto do ministro da Educação, não caracteriza aliança com nenhuma religião”, explica. Para o bispo, o fato de as escolas ensinarem apenas os pontos comuns entre as religiões não significa prejuízo para a Igreja Católica. “É melhor

avancarmos um pouco agora do que não conseguirmos nada”, disse. Segundo ele, o ensino ecumênico valeria também para os colégios católicos.

PROPOSTA É
DAR A ALUNOS
‘SENDO
RELIGIOSO’



D. Ivo: grupos religiosos não teriam como pagar professores